

CONDICIONANTES HISTÓRICOS – CONJUNTURAIS E DE LONGA DURAÇÃO – QUE EXPLICAM O SURGIMENTO E A ATUAÇÃO DA CONAIE

Jonatan Pozzobon Müller

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins.

Universidade Federal De Santa Catarina

Centro Sócio-Econômico

Departamento De Economia E Relações Internacionais

Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais

Área de Concentração: Economia Política Internacional

Linha de Pesquisa: Economia Política dos Sistemas-Mundo

Florianópolis, setembro 2012

Introdução

Uma das melhores vias para compreender a situação atual do processo de organização e mobilização política dos indígenas equatorianos é a revisão do processo histórico no qual foi tomando forma o Estado e a sociedade equatoriana. A análise retrospectiva do “problema do índio” também abre as portas para a reconstrução do processo de fortalecimento identitário e de mobilização que converteu o movimento indígena equatoriano em um dos mais fortes e ativos da América.

Deste modo, este artigo pretende dar uma visão de longa-duração, ao mesmo tempo conjuntural¹ dos processos mais relevantes para a consolidação do movimento indígena, e no caso particular da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – CONAIE, como ator protagonista do sistema político e social equatoriano. Assim, esse trabalho será dividido em três grandes seções: na primeira se analisará, ainda que de maneira bastante panorâmica, a matriz do sistema de dominação étnica do país; para na segunda examinar os elementos que se transformaram ou, todavia ainda permanecem do esquema de dominação. Na terceira e última seção se descrevem os processos de desenvolvimento organizativo da CONAIE e do Pachakutik como exemplos paradigmáticos da fortaleza do movimento indígena.

¹ No tocante a concepção do tempo – a matéria-prima da história – nossa inspiração decorre de Fernand Braudel, que argumenta que a história é a dialética das durações, isto quer dizer que a história é o conjunto formado pelas mútuas interações de processos ou acontecimentos com diferentes temporalidades (tempo-curto, tempo conjuntural e de longa duração). A duração ou temporalidade é o período entre o surgimento e o desaparecimento de determinado fenômeno, instituição ou processo (econômico, político, social ou cultural). Ao explicar estas ideias para entender um acontecimento como o surgimento da CONAIE, nossa investigação nos levou a relacionar processos políticos, econômicos e sociais com diferentes magnitudes. Obviamente que o

A semente do sistema de hierarquia e dominação

Para Francisco Sánchez (2007) a justificação da conquista como uma missão divina de expansão do catolicismo assentou as bases para a criação de um sistema de administração da população não-cristã com o objetivo de ganhar suas almas para o Criador da forma mais eficiente possível. O mecanismo mais elaborado para o controle social, político e econômico foram as *encomiendas* encarregadas à Igreja ou aos particulares. Foi o sistema de *encomiendas* que precisamente conformou as bases para o ulterior desenvolvimento do processo histórico que regeu a relação entre os índios e a sociedade branco-mestiça, sob todas suas manifestações. Num primeiro momento se trata de um sistema privado de gestão da população nativa. O paradoxo ocorre no momento em que, apesar do Estado explorar a população indígena, se converte simultaneamente em um claro limite aos excessos dos organismos privados graças, por exemplo, à relação de obrigações mútuas que se estabelece entre a população indígena e o Estado através de mecanismos como o *tributo de índios*². O dispositivo de dominação, que em princípio esteve assentado em conotações religiosas, foi mudando e terminou sendo um sistema baseado nas diferenças étnicas, onde os indígenas ocupavam, logicamente, a parte inferior da escala.

Os séculos de dominação colonial institucionalizaram o sistema e, sobretudo, o inseriram nos imaginários sociais e políticos da população³. Com o advento da vida republicana, o sistema se manteve como forma de manejo do que as elites conservadoras do país denominavam “o problema do índio”, o que resulta surpreendente se tomado em conta que a independência da Coroa espanhola não alterou em maior medida a estrutura de poder que regia o sistema de *encomiendas*. A isto se deve somar que a manutenção do dispositivo de dominação resultava bastante lucrativo e eficiente para quem o controlava⁴.

Assim, desde sua gênese em 1830 o Estado equatoriano manteve uma relação tensa e irresoluta com os chamados “povos originários”. Estes eram vistos como um problema e um obstáculo para o progresso da maneira em que este era entendido pelas elites. Nos múltiplos intentos de “projeto nacional modernizante” que ensaiou o Equador ao longo dos séculos XIX e XX⁵, a solução do “problema indígena”, *mutatis mutandis*, passou por educar-los, é dizer: civilizar-los, submetê-los e um processo pelo que deixem de ser índios. Para Sánchez (2007: 363), isto reflete a esquizofrenia de um Estado – e de uma sociedade – que não aceita uma parte de seus componentes, que se envergonha deles e os isola, às vezes os explora, chegando inclusive ao extremo de desumanizá-los, vendo-os como um subproblema do tema agrário.

entendimento útil deveria fazer-se sobre a longa-duração – essa estrada essencial da história, que coloca por si todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas. É a única linguagem, nas próprias palavras de Braudel (2009: 8), “que liga a história ao presente, convertendo-a em um todo indissolúvel”.

² O dever dos *encomenderos* consistia na proteção, educação e evangelização de um grupo de indígenas. Assim, o grupo de indígenas deveria ser instruído na fé católica e nos “bons-costumes” europeus, em troca, os indígenas necessitavam pagar um tributo, ou com o produto de suas terras ou com serviços pessoais.

³ A assunção do rol que se determina a uma pessoa dentro das relações de poder gera que ela mesma se auto-regule. É o que Foucault (1988) define como “poder pastoral”. A terminologia faz relação ao sistema de controle desenvolvido pela igreja, onde o sujeito não tem que estar constantemente vigiado graças à interiorização de uma série de parâmetros valorativos que o fazem que se autocontrole.

⁴ Nesse sentido, é muito claro avaliar as continuidades dentro da estrutura de propriedade dos latifúndios equatorianos desde a época colonial até os processos de reforma agrária.

⁵ Sobre os processos ou modalidades de acumulação pelos quais atravessou o Estado equatoriano, consultar Acosta (2005).

Igualmente a outros países da América Latina, o Equador recebeu a influência da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos e baseou seu sistema constitucional no modelo liberal clássico que parte do princípio de igualdade e faz do cidadão o centro do sistema de direitos (Gargarella, 2004). Este modelo, que esteve vigente ao longo de toda a vida republicana e em todas as constituições que teve o país, converteu-se em outra brecha dentro da relação entre os “nativos” e o Estado. A priori, os indígenas não gozaram de plenos direitos de cidadania devido a distintos mecanismos de exclusão, que se não os marginalizava diretamente, os deixavam de fora da suposta cidadania porque o grosso da população indígena não cumpria com os requisitos exigidos⁶.

Sistematicamente os poderes públicos foram se esquivando do “problema do índio” e transferindo-o sua administração às mãos particulares. Como assinala Guerrero (1998), com a supressão do tributo de índios em 1857, a população indígena deixa de existir para o Estado e desaparece a relação de obrigações mútuas que os indígenas haviam garantido através do tributo. Este processo fez com que a administração pública do problema índio fosse um assunto privado e local, um domínio exclusivo da *hacienda* e sua extensão de poder⁷.

Outro mecanismo sistemático de exclusão, dentro da lógica de cidadania, foi a existência de uma legislação para a sociedade em geral e outra especial para as comunidades, fato que evidencia que o Equador teve historicamente duas categorias de cidadãos e dois tipos de leis, o que torna o Estado o primeiro elemento diferenciador e de exclusão deste grupo social⁸.

Um dos resultados do dispositivo de dominação tem sido que a sociedade equatoriana está atravessada por uma diferença identitária básica, caracterizada pela oposição histórica entre o branco-ocidental e o indígena, que culminou com um conflito de longa duração que se manifesta no racismo e nas sucessivas crises dos modelos e propostas de integração social (Ibarra, 1992). Sánchez (2007) argumenta neste sentido que a profunda fronteira social que gera este sistema binário levou distintos setores – dos dois lados da equação – que não reconheçam o outro como parte constitutiva de um todo societal. Aqui se evidencia uma nítida diferença entre formar parte e sentir-se parte.

O sistema de *hacienda*⁹ serviu como um mecanismo privado ou semi-privado de administração da população indígena ante a debilidade ou ausência do Estado. A fazenda, como lugar, e o *hacendado*, como hierarca, conformavam o binômio encarregado da administração, controle e divisão dos recursos. Cabe assinalar que a *hacienda* é o eixo central

⁶ Esta assertiva é fácil de ser corroborada quando analisados os requisitos de cidadania que se exigiam na Constituição de 1830: estar casado ou ser maior de 22 anos, dono de propriedade ou exercer uma profissão sem sujeição a outro e não ser analfabeto. Como é evidente, na época, nenhum indígena cumpria tais determinações.

⁷ O mesmo Guerrero citado acima destaca que tamanha foi a descentralização sobre o assunto, que o poder central delegou aos municípios a iniciativa de criar legislação específica sobre as relações laborais, por exemplo.

⁸ Guerrero (1997: 64) sobre essa questão aponta que ela é paradoxal, porque no próprio discurso de cidadania não pode haver este tipo de classificações dado seu caráter universal.

⁹ A *hacienda* é um modelo de submissão social, econômico e político que se baseia no controle dos recursos produtivos e humanos, primeiro através da apropriação de grandes extensões de terra por parte dos *hacendados*, e segundo através da sujeição da mão-de-obra, essencialmente indígena, por meio de um sistema de coesão jurídica e ritual, chamado *concertaje* (Sánchez, 2007: 387). Sobre o tema ver Hurtado (1977). Ainda que a *hacienda* fosse sobretudo serrana, na costa também houve um sistema de plantação que sustentava relações de trabalho muito precárias.

do sistema de dominação étnica. Este modelo funcionou devido à construção de uma fronteira histórica – e de uma ordem simbólica precisa – que atravessou todos os campos sociais e assentou os limites da dominação. Foi precisamente esse sistema que instaurou uma dicotomia primária no imaginário coletivo que legitimou e organizou os distintos grupos, separando-os em dois grandes e distintos coletivos: os branco-mestiços (cidadãos) e os outros, ou seja, a população indígena. Este antagonismo justificou cotidianamente a superioridade dos primeiros frente os segundos. Para finalizar esta questão, esta fronteira étnica gerou no âmago da sociedade equatoriana um sistema de racismo e que, de certa forma, permeou o próprio Estado e transcendeu as crises do sistema de *hacienda*, se mantendo até hoje.

A fronteira étnica

Como todo mecanismo social, o dispositivo de dominação acima descrito foi se transformando ao longo dos anos. Enquanto algumas características desapareceram, outras se mantiveram, ainda que se manifestem de distintas maneiras. Nessa seção que se inicia agora, analisaremos essa transformação da fronteira étnica com especial ênfase no papel desempenhado pelo Estado. No final a análise será completada por observações sobre a transformação da estrutura rural e a manutenção do racismo imbuído nas práticas da sociedade equatoriana como uma característica persistente e de longa-duração da fronteira étnica.

O fortalecimento do Estado

Neste ponto, iniciamos nossa explanação asseverando que a primeira arremetida contra o sistema de *hacienda* foi a Lei de caridade ou de *Manos Muertas*, expedida em 1908, com a qual foram expropriadas as fazendas das ordens religiosas, que a seu turno, passaram a ser propriedade do Estado para financiar hospitais, asilos e demais obras de assistências sociais. Esta “nacionalização” da terra manteve o sistema de administração das propriedades preexistentes, que constituía no arrendamento das fazendas. Os arrendatários se comportavam de acordo com a mesma lógica dos latifundiários (*terratenientes*) e, segundo relatos, inclusive com mais voracidade pela apropriação de recursos que os proprietários. Ainda que tal episódio não represente a incursão do Estado no “problema do índio” de forma decisiva, ele sem dúvida significou o estabelecimento de relações entre a população indígena e o poder público. Para Sánchez (2007), um exemplo que expressou bem essa situação era a possibilidade dos trabalhadores das fazendas de se dirigirem ao Estado, através da Junta de Assistência Social, na sua qualidade de proprietário de terra quando querem um intermediário que freie os abusos dos arrendatários. Conquanto o Estado não estivesse muito disposto a reconhecer as demandas indígenas, cabe mencionar o quão importante significou o mero reconhecimento dos indígenas como interlocutores dotados de relativa autonomia.

Outra lei importante do período liberal foi a que aboliu a prisão por dívidas em 1918, deixando sem mecanismo coercitivo a relação de trabalho precário denominado “*concertaje*”, que estava estruturado a partir de empréstimos antecipados aos trabalhadores que, por sua vez, seriam pagos com seu trabalho e de sua família; porém, costumeiramente as contas sempre favoreciam o empregador e o sujeito permanecia vinculado à fazenda indefinidamente. Com efeito, esta lei produziu um processo migratório para a costa, região a qual necessitava de abundante mão-de-obra para trabalhar nos cultivos de exportação (CONAIE, 1989). Não é coincidência que os governos que promulgaram estas leis estavam

seriamente vinculados aos produtores da costa, razão pela qual esta lei foi concebida como um mecanismo para liberar a mão-de-obra cativa nas fazendas serranas graças a sistemas como o de *concertaje*.

Um passo de destaque no envolvimento do Estado com a problemática indígena foi a Lei de comunas de 1937, promulgada no governo do militar de tendências socialistas Alberto Enríquez Gallo. Entre outras coisas, a Lei ofereceu incentivos para a geração de processos organizativos e dota de cobertura legal as propriedades das comunidades indígenas. Esta iniciativa por parte do governo representa o primeiro intento sério dirigido à população indígena, pois contribuiu para a criação de um espaço nacional para a administração do conflito étnico que antes estava delegado a poderes locais (Sánchez, 2007: 366).

Resulta interessante a leitura que fazem hoje as organizações indígenas deste processo; para elas, dita Lei foi uma tentativa de controle por parte do Estado aos conflitos que estavam eclodindo na zona rural. Numa publicação da CONAIE (1989), a questão é formulada da seguinte forma: “Ante a permanente luta de indígenas e campesinos, o Estado buscou a forma de controlar-nos. Assim, em 1937 se expediu a Lei de comunas que alterou a estrutura tradicional da comunidade e pôs um marco legal dentro dos cânones do Estado, passando a depender do Ministério do Bem-Estar Social”. Em consonância com o exposto, o dirigente indígena Luís Macas (2004) argumenta em termos similares:

A Ley de comunas adquiere para nuestros pueblos desde finales de la década de los cuarenta, ya que establece y regula una nueva forma de organizarnos y además se constituye en un mecanismo de defensa adecuado a nuestras necesidades, ante todo em función de legislar y preserva las tierras comunales en el marco de una estructura estatal, feudal y precaria, com características eminentemente elitistas y excluyentes.

Os seguintes marcos no processo de incorporação do Estado são as reformas agrárias dos anos 1964 e 1973. Não adentraremos na discussão referente às razões e efeitos da reforma agrária, da qualidade da terra entregue nem a falta de programas de apoio técnico (esse não é nosso objetivo e sobre o tema há literatura abundante e de qualidade)¹⁰. Nossa intenção, de acordo com a linha de investigação seguida ao longo do artigo, é mostrar alguns elementos que marcaram alterações significativas na relação sempre conturbada entre Estado e indígenas.

Embora o alcance efetivo da reforma de 1964 foi bem restringido, serviu para limitar o trabalho precário e repartir entre os trabalhadores terras que pertenciam ao Estado e que estavam em mãos da igreja católica. Com efeito, a consequência desse processo foi a geração de uma vasta gama de modelos organizativos que tinham como objetivo o acesso à terra e o manejo dos recursos disponíveis. Cabe aqui ressaltar que algumas dessas iniciativas organizativas começaram a funcionar de maneira autônoma em respeito aos círculos de poder local, tencionando assim padrões de dominação étnica que historicamente haviam sido reiterados.

Foi na segunda Lei de reforma agrária que houve uma maior intervenção nos latifúndios improdutivos particulares. Ademais, foi essa lei a base legal do posterior processo

¹⁰ Sem ser exaustivo, citamos aqui um trabalho de relevância sobre o tema: Zevallos (1989), entre muitos outros.

de transformações agrárias, até a promulgação da Lei de desenvolvimento agrário durante o governo de Durán Ballén (1992-1996). O desmonte da *hacienda* como sistema de dominação econômica, social e política não apenas afetou os latifundiários e a população indígena, mas também representou uma transformação substantiva nas relações políticas, econômicas e sociais dos pequenos povoados branco-mestiços. Por outro lado, as organizações que estavam se formando na zona rural para a gestão do público/comunitário, para a administração dos recursos obtidos pela reforma agrária ou para a ajuda e desenvolvimento das reivindicações por direitos, se converteriam mais adiante em uma nova forma de controle dos recursos e manejo da estrutura de oportunidades políticas na zona rural. Este ponto nos interessa sumamente, pois seria este processo responsável por assentar boa parte das bases do que mais tarde seria a CONAIE e o Pchakutik. Sobre ambas as organizações, abordaremos os respectivos processos constituintes de forma mais exaustiva na próxima seção.

No que tange as sucessivas leis de reformas agrárias expostas, elas marcam a entrada definitiva do Estado na administração do “problema do índio”, o que reflete na criação de todo um aparato institucional destinado a produzir e gerir políticas públicas específicas para o tema. Faz-se mister ressaltar que pela primeira vez de fato os indígenas tem no Estado uma referência para acudir na busca de soluções de seus problemas. Nesse sentido, é importante ouvir certos críticos que enfatizam que o processo de inclusão dos indígenas nas arenas estatais ocorreu por meios clientelistas e paternalistas, e não desde uma condição de plena cidadania e aceitação de suas diferenças. A principal crítica que se poderia fazer ao longo de todo esse processo é que o Estado equatoriano não incluiu uma variável étnica no pacote de reformas executadas, pelo contrário, enfocou a situação como se fosse somente uma consequência do problema rural.

Todavia, é preciso sublinhar que a necessidade dos indígenas de realizar trâmites burocráticos e manejar leis e regulamentos contribuiu para que se familiarizassem com os mecanismos de operação do Estado de Direito que lhes havia sido vetados anteriormente. Nesse ínterim, os povos indígenas foram ganhando consciência de seus direitos como cidadãos e dos mecanismos para exigí-los.¹¹

A insurreição indígena de 1990 marcou uma mudança radical e abrupta em muitos âmbitos. Os indígenas estavam com sua identidade fortalecida e conscientes de sua capacidade de liderar processos de mudanças. Nessa ocasião, a CONAIE liderou o levante nacional contra a empáfia do então presidente Rodrigo Borja Cevallos (1988-1992). Até esse momento a estratégia do movimento havia sido o diálogo, mas diante a intransigência do governo em propor uma solução imediata para os mais de setenta conflitos fundiários que estavam acontecendo naquele mesmo instante, a maioria deles na região serrana (sobre uma melhor compreensão geográfica do país, ver figura 1), as lideranças indígenas convocaram prontamente uma série de barricadas, marchas e ocupações em todo o país. Nesse sentido, a alternativa alvejada foi criar um momento político para ensejar uma negociação.

Existiam, no entanto, outras e mais complexas motivações por trás do levante. Não há números oficiais, mas se estima que mais de um milhão de legítimos representantes dos povos originários do Equador participaram das manifestações iniciadas no dia 28 de maio daquele emblemático ano de 1990. Nas palavras de Ospina Peralta (2010): “foi um levante contra a injustiça, pelo direito a uma vida digna e pela autodeterminação de dez nacionalidades indígenas que lutamos para defender nossos legítimos direitos históricos (...). Constituiu um chamado

¹¹ Iturralde (1995) faz uma leitura otimista do processo de reforma agrária, assinalando seus efeitos de grande envergadura: o campesinato da serra é, definitivamente, desarticulado do sistema de *hacienda* e enfrenta uma relação imediata com o aparato do Estado, simultaneamente, multiplica suas agências e se promovem instrumentos jurídicos e administrativos para tal efeito. A questão indígena, segundo esse autor, vem a ser desde esse momento uma responsabilidade e um interesse inteiramente governamental, baixo a forma de regulamentação da terra e do controle do trabalho.

urgente à liberação solidária dos pobres, em busca de uma nova sociedade”.

FIGURA 1



*Ao longo do texto usou-se a nomenclatura “região serrana” ou simplesmente “serra” como forma abreviada de “serra andina”. No mapa essa região corresponde à parte central, cuja legenda descreve apenas como “Andes”.

A luta por uma divisão mais igualitária da propriedade rural no Equador estaria presente no levante de 1990 porque sempre esteve no cerne das mobilizações indígenas que tiveram lugar no país desde o período colonial. O direito à terra e ao território¹² é a principal bandeira de luta dos povos originários.

Na medida em que os protestos foram avançando, as exigências dos movimentos indígenas se incrementaram e culminaram basicamente em quatro frentes ao reivindicar o reconhecimento étnico dos indígenas como nações; rechaçar a discriminação vigente no país; demandar mais igualdade no acesso aos serviços públicos; e reclamar compensações sociais relacionadas à condição de camponês. A partir destes quatro principais eixos, as exigências indígenas se multiplicavam ao pedir o fim imediato de questões como a inflação galopante, o alto custo dos alimentos de primeira necessidade, a importação de insumos agrícolas, mas acesso ao crédito agrário, melhorias na rede viária, em obras de infraestrutura nas

¹² Aqui nos interessa particularmente mencionar o Convênio n° 169 da OIT, ratificada em 1989, posto que foi o primeiro instrumento internacional a incluir o conceito de território plasmado aos direitos indígenas. Sobre o tema da terra e território, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que teve como predecessor o mencionado Convênio n° 169 da OIT, diz o seguinte: art. 25. Os povos indígenas têm o direito de manter e fortalecer sua própria relação espiritual com as terras, territórios, águas, mares e outros recursos que tradicionalmente tenham possuído ou ocupado (...). Art. 26-1. Os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou outra forma tradicional de ocupação ou utilização (...). 2. Os povos indígenas têm direito a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional (...). 3. Os Estados asseguram o reconhecimento e a proteção jurídica dessas terras, territórios e recursos. Dito reconhecimento respeitará devidamente os costumes, tradições e sistemas de propriedade da terra dos povos indígenas dos quais se trata.

comunidades, escolas, hospitais, políticas anti-racistas e a instauração da educação bilíngue (Breda, 2011).

Apesar de colocar a variável étnica por cima de todas as outras, a CONAIE jamais abandonou as propostas classistas. Demandas essencialmente políticas, sobretudo as que se relacionam com o campesinato, estiveram na ordem do dia ao longo de todo o levante de 1990. Nas palavras de Ospina Peralta (2010):

Para entender as orientações da CONAIE, temos que lembrar que o movimento indígena não é um movimento pura e exclusivamente étnico. Na medida em que a maioria dos indígenas do país é camponesa, a dimensão de classe social constitui um segundo elemento fundamental na definição do movimento. Não deve surpreender, portanto, que o posicionamento das organizações indígenas combine reivindicações socioeconômicas típicas do campesinato com aspirações relacionadas à especificidade étnica dos indígenas (...). O que vemos neste caso é uma luta social cujo sentido político, além de ter sido ostensivo desde o princípio, se fez cada vez mais agressivo.

Depois de nove dias de ocupações, protestos e passeatas, que se estenderam um pouco mais em alguns cantos do país, o governo finalmente aceitou sentar-se à mesa de negociações. Porém, como condição para dialogar o governo exigiu que os indígenas saíssem das propriedades invadidas e deixassem a Igreja de Santo Domingo, em Quito. Também teriam que desobstruir os povoados e as estradas e liberar os soldados apresados durante os atos de resistência. O balanço final foi que, com a exceção de uma ou outra demanda pontual, as exigências do movimento indígena não foram atendidas. Menos ainda as questões de fundo, como o acesso à terra¹³ e a reforma constitucional.

Importante destacar que no âmbito do Estado, os indígenas deixaram de ver na reforma das instituições existentes reais possibilidades de ganho para suas demandas. Nesse sentido, destacam-se uma série de aparatos que a partir desse momento incluíam a variável étnica. Citamos alguns: o Conselho de Povos e Nacionalidades do Equador (CODENPE), o Instituto de Desenvolvimento Indígena (INDA) e a Direção de Educação Bilíngue, entre outros. Há de se destacar que alguns destes contam com representantes das organizações indígenas na sua gestão¹⁴.

Para fechar o assunto, ainda que com a negativa em suas reivindicações, o movimento indígena saiu fortalecido com um poder simbólico que nos anos seguintes transformaria a correlação de forças políticas e sociais no país. Pode-se afirmar que um dos êxitos do ato coletivo de protesto indígena foi o de impor ao cenário político a discussão da questão étnica. Igualmente se modificou no debate os termos do conflito étnico: passou-se de camponeses à povos e nacionalidades que exigiam direitos coletivos de diferença, bem como a prática de seus direitos de igualdade como cidadãos. Enfim, maio de 1990 gerou um impacto étnico na consciência de todos e a CONAIE assumiu, a partir de então, o protagonismo da resistência anticapitalista no Equador, posição que até o momento pertencia ao movimento sindical e outras instituições da esquerda tradicional.

¹³ Pegando como base o Censo Agropecuário de 2000 temos uma real dimensão da concentração de terras no Equador. Se bem que é verdade que as unidades de produção agrícola com menos de cinco hectares representam 63,5% das propriedades rurais, elas dispõem de apenas 6,3% da terra destinada à agricultura e à pecuária. Enquanto isso, as unidades de produção agrícola superior a cem hectares, mesmo representando somente 2,3% das propriedades, concentram 42,6% das terras com fins agropecuários (BREDA, 2011: 209).

¹⁴ Na administração de Abdalá Bucaram se criou um ministério encarregado dos assuntos indígenas, cujo ministro foi um ex-alto dirigente da CONAIE, que igual a muitos de seus companheiros de governo se viu forçado a abandonar por problemas legais.

Transformação da estrutura agrária e a urbanização

Com o término do sistema de *hacienda*, houve uma profunda transformação nas relações dos pequenos povoados branco-mestiços da serra. Um dos efeitos mais significativos foi a migração maciça de indígenas que vieram diminuídos seus privilégios e possibilidades de acesso a recursos econômicos, geralmente aqueles que estavam associados ao pequeno comércio ou à prestação de serviços nas fazendas. Assim, a pressão demográfica e a liberalização da mão-de-obra através da reforma agrária incentivaram a mobilidade populacional dos membros das comunidades, o que gerou conseqüências sociais, econômicas e políticas no interior das mesmas.

É muito perceptível as tendências de migração no país a partir do ano de 1950. Por um lado, se visualiza o traslado populacional da zona rural para a zona urbana e, por outro, da serra – região originária da maioria da população indígena – para a costa.

Em suma, a transformação da sociedade rural não somente implicou a modificação da dominação étnica, mas também foi deixando um vazio no poder local de várias zonas serranas que facilitou o posicionamento dos indígenas em torno de organizações cada vez maiores e mais fortes.

O racismo

Pode-se afirmar que o racismo da sociedade equatoriana é a característica que com mais força se manteve em todo o esquema de dominação étnica descrito anteriormente. É precisamente o racismo que criou uma série de estereótipos que denigram a figura do indígena e justificam as explorações de todos os tipos a que são submetidos¹⁵.

Equivoca-se quem pensa que estamos falando de uma parcela insignificante da população. Os indígenas atualmente perfazem 40% dos quase 15 milhões de habitantes do Equador e estão subdivididos em 14 povos originários¹⁶: kichwa, shuar, achuar, zápara, andoa, shiwiar, epera, chachi, cofán, secoya, siona, awá, tsáchila e huaorani.

O racismo visto sob a lógica de um aparato ideológico faz com que qualquer membro

¹⁵ Interessante a leitura histórica do processo de exclusão racial feita pelo sociólogo Aníbal Quijano (1997). Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

¹⁶ Cabe assinalar que não há nenhuma definição consensual a nível internacional do que são povos indígenas. A definição mais aceita é a do Relator Especial da Subcomissão de Prevenção e Proteção das Minorias, José Martínez Cobo, de 1986: “são comunidades, povos e nações indígenas os quais, tendo uma continuidade histórica com as sociedades anteriores à invasão e, portanto, pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios, se consideram distintos de outros setores das sociedades que agora prevalecem nesses territórios ou em parte deles. Constituem agora setores não dominantes da sociedade e têm a determinação de preservar, desenvolver e transmitir às futuras gerações seus territórios ancestrais e sua identidade étnica como base de sua existência continuada como povo, de acordo com seus próprios padrões culturais, suas instituições sociais e seus sistemas legais” (ASSIES: 2007: 231-232).

do setor branco-mestiço se sinta superior e com mais direitos que qualquer indígena (Almeida, 1992). Opera dessa forma como uma *matriz de classificação binária*, que expressa a diferenciação dos termos da dominação. Pode parecer redundante, mas este tipo de visão tem repercussão políticas negativas, uma vez que a construção e o funcionamento do Estado de Direito democrático implica que a população aceite e opere abaixo o princípio de igualdade em todos seus atos públicos.

Para encerrar este breve e sucinto parêntese sobre o racismo na sociedade equatoriana, cabe ressaltarmos que a emergência do movimento indígena serviu para colocá-lo em questionamento. Importante apontar a observação feita por De la Torre (1997), que insiste que o processo de estigmatização se reverteu. Para o citado autor, o tratamento dado ao índio, que foi historicamente um instrumento de dominação, com o passar do tempo se transformou e converteu-se em um elemento de identidade; de um símbolo de estigma passou a ser um símbolo de orgulho étnico, reforçando e ativando os laços identitários.

A CONAIE e o Pachakutik: os paradigmas de êxito do movimento.

Começamos essa terceira e derradeira seção afirmando que o processo organizativo dos povos indígenas tem um longo percurso e como dado referencial se poderia mencionar que a primeira organização rural equatoriana não tradicional se formou em Cayambe em janeiro de 1926, na paróquia Juan Montalvo. O nome desta organização era Sindicato de Trabalhadores Campesinos de Juan Montalvo, cujo objetivo era defender as terras dos campesinos, elevar seus salários, reduzir o número de tarefas e horas de trabalho, terminar com o trabalho obrigatório não assalariado, exigir um melhor tratamento e por fim aos abusos dos fazendeiros e seus capatazes (Beck, 1999). Outro dado interessante é que seu dirigente, Jesús Gualavisí, representou o sindicato no ato de fundação do Partido Socialista, o que nesse momento já mostrava o vínculo existente entre as organizações urbanas e as campesinas, tendência que tem se mantido até os dias atuais.

Como já se argumentou anteriormente, os processos de reforma agrária promoveram outros modelos de organização, tais como as cooperativas, associações, uniões locais e instâncias de coordenação regional ou providencial (Sánchez, 2007: 371).

Deve-se dizer que no Equador existem três organizações indígenas de relevância: a CONAIE, a mais importante delas e que será extensamente investigada adiante, posto que seja de alcance nacional e que opera sob a identidade étnica; a Federação Nacional de Organizações Campesinas, Indígenas e Negras (FENOCIN), que inicialmente estava mais centrada no campesino como ator protagonista, mas que recentemente redirecionou seu discurso e estratégia a fim de reforçar o caráter étnico; e a Federação de Indígenas Evangélicos do Equador (FEINE), que une a identidade étnica com a religiosa. Por justiça histórica, cabe mencionar também a Federação Equatoriana de Índios (FEI), organização filiada do Partido Comunista do Equador que, sobretudo durante a primeira Lei de reforma agrária, foi a organização indígena mais poderosa. A crise da FEI se deve principalmente a ênfase no campesinato e, acima de tudo que a visão sustentada pelo comunismo não se encaixava com as reivindicações mais étnicas que permeavam o movimento.

O antecedente organizativo da CONAIE foi o Conselho de Coordenação das Nações Indígenas do Equador (CONACNIE), surgido em uma reunião entre as organizações da serra e da Amazônia realizada em outubro de 1980¹⁷. As organizações regionais que estiveram na CONACNIE foram: a Organização serrana Equador Richarimui (ECUARUNARI) e a

¹⁷ A principal fonte informativa utilizada nesta parte do texto é da própria CONAIE (1989), caso for diferente será expressamente assinalado.

Confederação de Nacionalidades da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE). Ambas as organizações têm como característica semelhante que durante sua origem estiveram auspiciadas pela igreja católica, mas com o decorrer do tempo foram se secularizando. A primeira data de 1972 e agrupa a maior parte da população indígena do Equador e a segunda nasceu em 1980 com caráter de representação regional da Amazônia.

A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) se fundou no Primeiro Congresso de Nacionalidades Indígenas do Equador, celebrado no mês de novembro de 1986. Participaram do Congresso todas as nacionalidades indígenas do país e todas suas organizações de base. Como eles mesmos assinalam (CONAIE, 1989), a formação da organização nacional foi um salto qualitativo do movimento indígena, tanto que passou de ser uma organização reivindicatória a ser uma organização política.

No que tange o aspecto organizativo da CONAIE, poderíamos fazer uma analogia com uma boneca russa que se forma com uma série de partes que não necessitam indispensavelmente das outras para poder ter uma função e identidade própria, no entanto formam parte de um todo. A Confederação está conformada por três grandes organizações de caráter regional, o que a credencia a ter cobertura nacional. Das três, a serrana ECUARUNARI e a amazônica CONFENIAE constituem o núcleo orgânico e histórico do movimento; soma-se a Confederação de Organizações Indígenas da Costa (COICE), que agrupa o diminuto número de organizações do litoral do Pacífico. Por último, integram-se a essa estrutura organizações mais ou menos locais, sejam comunas, cooperativas, associações ou grupos. Com efeito, o resultado concreto de todo esse emaranhado é um modelo organizativo bastante sólido e com ampla presença por todo o território nacional.

A CONAIE não tem sua força apenas na adscrição ideológica e de identidades das bases. A organização conseguiu controlar uma série de recursos que a permite distribuir incentivos seletivos entre seus membros. Desse modo, a CONAIE e seus desmembramentos captam quase que todos os recursos que se canalizam aos setores indígenas. Na órbita do Estado está vinculada à instâncias como o Conselho de Nacionalidades e Povos do Equador (CODENPE) ou a Direção de Educação Bilíngüe. O controle destes recursos advindos do governo, manejados de forma estratégica, permite que a organização goze de grande capacidade de mobilização através de efetivos mecanismos de prêmios e castigos e de uma negociação constante na qual quase todas as partes saem ganhando.

Um dos segredos do êxito da CONAIE é que foi conseguido formar uma organização de caráter polifuncional que serve de contrapartida ao Estado em assuntos indígenas como seu principal opositor, ao mesmo tempo em que exerce a função de intermediária na ajuda internacional de desenvolvimento. Deve-se acrescentar que suas bases ainda podem organizar levantamentos, bloquear estradas e apoiar candidatos do Pachakutik ou ainda realizar trabalhos de maneira comunitária.

Sobre o exemplo paradigmático da CONAIE e a força do movimento indígena equatoriano, importante o depoimento concebido pelo sociólogo Aníbal Quijano. Para ele:

O Equador é o único lugar onde a virtual totalidade de todas as "identidades" ou "eticidades" indígenas conseguiram conformar uma organização comum, sem prejuízo de manter as próprias particulares. É também o "movimento indígena" que mais cedo chegou à idéia de que a liberação da colonialidade do poder não consistiria na destruição ou eliminação dos outros agentes e identidades do poder, e sim na erradicação das relações sociais materiais e intersubjetivas do padrão de poder e a produção de um novo mundo histórico intercultural e de uma autoridade política (pode ser o Estado) comum, portanto, intercultural e internacional, mais que multicultural ou multinacional¹⁸.

¹⁸ Quijano, Aníbal; *Romper com o Eurocentrismo*; América Latina en Movimiento; disponível em:

O outro grande eixo da participação política do movimento indígena no Equador é o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (MUPP-NP)¹⁹. Não é demasiado insistir que este surge única e exclusivamente como braço eleitoral da CONAIE. Historicamente, o que se tem visto ao longo do processo é o aumento da dependência do Pachakutik das organizações indígenas de base.

Vejamos como o próprio Pachakutik se autodefine no artigo I de seu estatuto:

O Pachakutik é um movimento político com estrutura orgânica, plurinacional e democrática com autonomia organizativa e com profundas vinculações com as nacionalidades, povos e movimentos sociais, aberto a participação ativa e combativa de todo núcleo profissional, classista, social ou técnico disposto a englobar-se na luta indeclinável para a consecução e instauração da mudança social.

A formação do Pachakutik respondeu às necessidades de um projeto político concreto e às pressões da conjuntura eleitoral. Sem dúvida as maiores posições pragmáticas foram mentidas, o que quiçá serviu inicialmente como pilar de unidade, mas com o passar dos anos se percebeu uma série de mudanças substantivas, cujo resultado foi um processo sinuoso pela própria diversidade dos atores que aglutinou em dado momento.

As origens do movimento remontam a 1995 no cenário prévio das eleições gerais de 1996. A reforma eleitoral que rompeu com o monopólio de participação eleitoral através dos partidos políticos, reconhecidos como tais no Tribunal Supremo Eleitoral, serviu como um incentivo para que se comesçassem a formar organizações locais ou providenciais com a intenção de participar das eleições, processo que, conforme foi ganhando força, terminou trasladado ao nível nacional. A ruptura do monopólio partidista teve um grande impacto simbólico e deixou o caminho aberto a setores que haviam sido obscurecidos de participar das eleições por rechaço que tinham aos partidos políticos convencionais.

Deve-se ser dito que o processo interno que culminou com a participação eleitoral das organizações indígenas ocorreu por meio de intensos debates. Nesse sentido, dois pólos antagônicos se formam: de um lado estavam os setores amazônicos que quase sempre tiveram uma visão mais pragmática da política e, de outro lado, os setores da serra que mantiveram uma posição mais ideológica. Entretanto, com o passar do tempo e com a pressão da conjuntura que impôs aos atores o dilema entre participar ou romper a unidade do movimento, a tensão latente foi diminuindo e chegou-se a um consenso em favor de participar do jogo eleitoral estabelecido. Importante frisar que essa decisão não enfraqueceu a militância de base do movimento indígena.

Setores sociais e políticos de oposição ao governo de Durán Ballén e de sua “proposta neoliberal” começaram a planejar a possibilidade de participar das eleições porque consideravam que tinham boas oportunidades de êxito. Essa postura essencialmente otimista decorria, por exemplo, da consulta popular de 1994, já que consideram que o caudal de votos que rechaçou as políticas governamentais poderia se converter em uma boa base de votos para seus candidatos.

Nesse contexto, os setores mais ativos contra a onda neoliberal que varria o país e,

<http://alainet.org/active/12103>, acesso em: 20 de set. 2012

¹⁹ O nome do movimento vem do idioma kichwa: *Pacha* quer dizer tempo, espaço, natureza, ordem, mundo; *Kutik* remete a retorno, volta. A palavra faz ainda referência ao imperador inca que iniciou a expansão territorial de Cusco e que significou para o povo kichwa a inauguração de uma nova era. Assim, O MUPP-NP representa um momento de transformação, um sentido profético. O desmoronamento do velho modelo de representação política, a aparição de novos atores e novas formas de relação entre eles e as organizações populares.

sobretudo, contras as privatizações se agruparam em torno da Coordenadora de Movimentos Sociais (CMS), dos quais os maiores sócios, com maiores volumes de recursos e capacidade de mobilização, eram os sindicatos públicos do setor energético (petróleo e eletricidade), com uma forte presença de trabalhadores e usuários da seguridade social e uma série de organizações que se não são muito numerosas em membros, são muito ativas em suas mobilizações, a saber, cristãos de base, ativistas de direitos humanos, ecologistas e feministas estão entre as mais expressivas. Agregou-se, tanto na CMS como no Pachakutik, o engajamento dos chamados intelectuais comprometidos, geralmente associados a Organizações não-governamentais e universidades, que continham em seus currículos uma longa militância de esquerda.

A comunhão de interesses entra a CONAIE, que havia apoiado a candidatura para presidente de Fredy Elhers, e a CMS terminou com o nascimento do MUPP-NP. Visualizando os primeiros nomes dos candidatos podemos ter uma real dimensão das organizações que participaram desse processo: para presidência se postulou Elhers e o primeiro deputado nacional foi Luis Macas – ex-presidente da CONAIE, seguido na lista pro Marcelo Roman – dirigente dos trabalhadores petroleiros. As candidaturas às câmaras provinciais se repartiram de acordo com a força de cada organização; nas provinciais com preeminência de população indígena se apresentaram dirigentes indígenas como candidatos, como são os casos de Leônidas Iza e Miguel Llucio em Cotopaxi e Chimborazo, respectivamente. Em Pichincha, o candidato foi Napoleón Saltos, um dos intelectuais comprometidos que, ademais de seu trabalho como professor universitário em Quito, foi coordenador da CMS e trabalhou com muitas organizações sociais e políticas (Sánchez, 2007: 376-377).

Como toda organização, o Pachakutik foi realizando ajustes em sua estrutura de funcionamento e aperfeiçoando seus mecanismos de tomada de decisão; neste sentido, a organização foi experimentando distintas mudanças ao longo de seu processo de consolidação, os quais voltaremos a falar mais tarde. Por ora, a título de hipóteses, podemos pensar em duas razões pelas quais os membros do Pachakutik não viram inicialmente a necessidade de organizar mecanismos de direção. A primeira é que se fossem estabelecidos estruturas rígidas, se poderiam alterar os tênues equilíbrios entre os integrantes; uma segunda explicação é que como resultado de sua cosmovisão tinham que atuar em consequência de seus temores à autoridade centralizada e consideravam que as decisões deveriam ser tomadas de modo aberto, horizontal e assembleísta.

O desenvolvimento organizativo do MUPP-NP esteve marcado pela tensão habitual entre os grupos integrantes do movimento, uma construção constante da identidade da organização que tem que ser reafirmada sua independência ante as arremetidas das organizações integrantes que querem controlar seus rumos e, sobretudo, o temor ao exercício do poder e os conflitos de personalidade que provocam seu desejo de manter as lógicas de ação social sendo, todavia, um movimento político.

Conforme crescia o poder do Pachakutik através de sua participação nos espaços estatais de tomada de decisões, mais imperiosa se tornava a questão sobre a tomada de decisões no interior do movimento, tensões que aumentavam pelas pressões de uma CONAIE então presidida por Antonio Vargas, que estava mais interessado em acrescentar o poder de seu círculo antes que os postulados dos outros setores componentes da coalizão. A intenção de Vargas e defendida por outros dirigentes da organização indígena era clara: dirigir o Pachakutik desde a CONAIE. Contudo, tal iniciativa esbarrou na resistência de outros agrupamentos da CMS. Em agosto de 1997, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, o Pachakutik celebrou certa claridade quanto à organicidade e o ordenamento no processo de tomada de decisão.

Em Agosto de 1999, o Pachakutik organizou seu primeiro Congresso Nacional, onde

além de afirmar seus postulados e organização, se efetuou um processo de entrega de contas dos integrantes que ocupavam cargos públicos. Nesse cenário, o principal debate girou em torno do antigo dilema que sempre preocupou o movimento: o de opor-se ao poder ao mesmo tempo em que tenta exercê-lo, de ser crítico à autoridade enquanto se é autoridade, enfim, a de ser parte do *status quo* enquanto se projeta como uma posição alternativa.

Já o segundo Congresso Nacional do Pachakutik aconteceu entre 14 e 16 de setembro de 2001. Nesta ocasião se estabeleceu os conflitos que ocorriam no interior do movimento. A balança se inclinou aos setores indígenas em detrimento da CMS, que via sistematicamente sua força esvaindo devido o enfraquecimento dos sindicatos energéticos e dos usuários da seguridade. O zênite da reunião foi no momento em que alguns altos dirigentes da CMS, ex-sindicalistas da indústria energética, foram expulsos acusados por dividir o movimento e de antepor suas ambições pessoais frente às do movimento.

Uma das razões da ruptura entre os diversos setores que conformavam o Pachakutik foi a integração dos distintos órgãos diretivos do movimento. A CONAIE e as múltiplas organizações que fazem parte dela sempre buscaram fazer valer sua condição de sócio majoritário e de sua maior capacidade de organização e mobilização, o que, por consequência, sempre mantiveram a expectativa de dirigir o Pachakutik, sem que isto implique deixar de fora outros setores. A CONAIE estava mesmo interessada no reconhecimento de sua hegemonia como ator social. Entretanto, os integrantes da CMS procuraram contrapor sua perda de influência nas bases militantes por meio de um maior controle do Pachakutik, o que naturalmente implicava em controlar parte da capacidade de mobilização da CONAIE. Com efeito, o atrito e a disputa entre a CONAIE e a CMS sempre estiveram latentes no seio do Pachakutik.

Cabe destacar nesse momento que antes da vitória de Lucio Gutiérrez, que permitiu ao Pachakutik acender diretamente ao poder, o núcleo duro desta organização era conformado pelas organizações indígenas, intelectuais comprometidos, ex-dirigentes de organizações que formaram parte do Pachakutik em seu momento funcional e uma série de políticos locais e providenciais de nacionalidade hispano-equatoriana que eram apoiados pelo movimento.

A partir do início de 2003 até abril de 2005, o movimento indígena enfrentou um de seus momentos mais complexos no processo de desenvolvimento organizativo, devido às enormes tensões geradas pela participação de Pachakutik no governo do ex-coronel Lucio Gutiérrez. O estopim da crise foram as decisões de políticas públicas adotadas pelo governo, as mesmas que contradiziam todo o dito então pelo candidato e sobre as que se baseou o pacto da aliança entre o Pachakutik e o Partido Social Patriótico 21 de Janeiro. Estes e outros acontecimentos ocasionaram a saída de membros do Pachakutik do governo e, seis meses depois de iniciado o governo, foi a vez da CONAIE declarar oposição a Gutiérrez.

Uma das principais consequências desse episódio foi que o grupo denominado “mestiço” abandonou o Pachakutik ao ser culpado por todos os fracassos da aliança frustrada com o governo; fato que culminou com o controle total do movimento por parte dos dirigentes indígenas. Essa situação é muito explícita quando analisadas as eleições de 2006, na qual o fator etnicista exerceu grande peso nas plataformas eleitorais.

A debilidade política que Gutiérrez estava enfrentando o levou a temer uma oposição mais radical e maciça da CONAIE. A solução encontrada foi então uma clara estratégia no intuito de dividir a organização. Para tanto, ele aumentou as políticas clientelistas, cujo melhor exemplo foi a entrega do Ministério de Bem-estar Social ao ex-presidente da CONAIE e dirigente dos indígenas da Amazônia, Antonio Vargas. Com esse ato, Gutiérrez conseguiu cooptar o setor mais pragmático e corrupto do movimento indígena.

Não há como negar que esse duro golpe foi sentido com toda sua força pela CONAIE, que pouco a pouco foi recuperando sua capacidade organizativa graças à liderança de seu

antigo dirigente, Luis Macas. Uma vez reestruturada, demonstrou sua força de mobilização ao conchamar suas bases contra assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. A negativa da firma do tratado foi interpretada pelo movimento como uma vitória expressiva, o que contribuiu em grande medida para sua revitalização.

Rendimiento Eleitoral do Pachakutik

Desde o ano de 1996, em que o Pachakutik se apresentou pela primeira vez candidaturas em distintos cargos de eleição, o movimento participou de todas as votações que se convocaram no país, seja apresentando candidatos próprios ou em alianças com outros partidos ou movimentos. Das quatro eleições presidenciais que se realizaram no período estudado, o Pachakutik participou uma vez com candidato próprio e nas outras três forjando alianças: em 1996 e 1998 com Fredy Elhers, candidato que coagulou grandes setores e partidos da esquerda – obtendo boa votação, contudo sem entrar no segundo turno – e em 2002 quando se aliaram ao partido Sociedade Patriótica. Nesta ocasião, a presidência da República foi conquistada pelo candidato apoiado Lucio Gutiérrez. Em contraste, a menor votação presidencial foi em 2006 quando se apresentou o então presidente da CONAIE, Luis Macas, como candidato próprio e sem nenhuma aliança com outro partido. Neste caso, o Pachakutik somente alcançou 2,19% dos votos nacionais (Sánchez, 2007: 380).

Devido a uma série de fatores conjunturais se torna complicado mensurar o real potencial eleitoral do Pachakutik nas eleições presidenciais. No primeiro momento, deve ser tomado em nota que sempre participou por meio de alianças políticas estratégicas, cujas fontes de votos eram muito distintas. Por exemplo, Elhers e Gutiérrez representavam opções atrativas para o eleitorado volátil e indeciso e ambos se configuraram como um voto de protesto. Tampouco seria totalmente correto dizer que o potencial eleitoral do Pachakutik representa apenas 119.577 votos (o equivalente aos 2,19% dos votos válidos), obtidos por Luis Macas em 2006, pois esse ano o movimento atravessa uma crise profunda decorrente da divisão interna, o que abalou a própria identidade da organização e gerou certo ceticismo por parte dos votantes (Sánchez, 2007: 380).

Nesse sentido, as eleições providenciais e locais oferecem dados mais confiáveis e precisos sobre o real potencial eleitoral do movimento. Deve ser mencionada antes de qualquer coisa a dificuldade do Pachakutik conseguir uma votação homogênea nacional, e principalmente a enorme dificuldade de penetração na região da costa, chegando inclusive a não ter nenhum candidato em algumas circunscrições. Porém, esta situação é completamente diferente na zona andina e na amazônica, onde o movimento tem obtido seus melhores resultados. Hipoteticamente se poderia argumentar que isso se deve ao fato que precisamente nestas regiões está concentrado o grosso da população indígena do país, bem como, historicamente em ambas as regiões a votação da esquerda tem sido majoritária.

Resulta interessante frisar que, com exceção de Cotopaxi, as províncias com maior população indígena não tiveram em todas as eleições um representante do Pachakutik, apesar do potencial eleitoral para elegê-los. Uma provável explicação poderia ser que a questão essencialmente étnica identitária não é o principal motor de mobilização eleitoral em todos os grupos de população indígena. Importante assinalar que em regiões como Chimborazo, por exemplo, os indígenas se encontram bastante divididos seja por motivos religiosos, organizativos ou disputas por recursos, sejam estes por terra ou ajuda externa. Pelo contrário, há zonas como do Cotopaxi em que o movimento é muito bem articulado e centralizado organizativamente, os representantes eleitos souberam aproveitar sua posição para captar recursos públicos e redistribuí-los entre as comunidades sem abandonar o discurso reivindicatório e de crítica ao *establishment*.

Dos 205 prefeitos que se elegeram em Equador, o Pachakutik obteve 31 em 2000 e 27 em 2004, repetindo o triunfo consecutivo em 13 municípios, com destaque para Riobamba (capital da província de Chimborazo), Cayambe, Otavalo e Cotocachi que, para os parâmetros do Equador são cidades de porte médio. Nos casos de Cotocachi e Otavalo o Pachakutik desenvolveu modelos de gestão participativos que, ademais de administrar de modo eficiente os recursos, lograram captar recursos e ajuda externa e interna a partir de um discurso étnico.

Em forma de síntese

Esta seção procurou mostrar as transformações que geraram espaços para a criação e posterior fortalecimento do movimento indígena equatoriano, com especial ênfase na interação entre o Estado e os indígenas. Se pode afirmar que o balanço geral do processo é positivo sem ser ótimo, posto que ainda restam temas pendentes na agenda como a ampliação e efetivação de direitos e outros assuntos relacionados com a cidadania e a melhoria das condições de vida dos setores indígenas, dentro dos quais se encontra a parcela populacional mais pobre do país. Por outro lado, corresponde também ao Estado regular da melhor maneira a estrutura institucional para atender aos setores indígenas, a ineficácia de suas políticas públicas e o clientelismo no manejo dos recursos.

Quanto a organização, como bem lembrou Sánchez (2007), o objetivo primordial e urgente da CONAIE está em superar o conflito de poder entre os indígenas amazônicos e os da serra, que ultrapassa um puro assunto regional e implica em toda uma visão da organização. Nesse embate se contrapõe uma visão da CONAIE mais próxima a um grupo de pressão cuja faina seria de obter a maior quantidade possível de recursos do Estado – ainda que signifique arrefecer o discurso identitário da organização – enquanto a outra fração tem uma visão mais política da Confederação e não a importa o enfrentamento direto ao Estado. A alternância entre as duas frações na direção da CONAIE atenua o projeto político do movimento enquanto gera divisões internas devido a arremetidas de dirigentes que pretendem beneficiar suas bases de apoio com práticas, por vezes clientelistas.

O Pachakutik tem vários assuntos pendentes; em primeiro lugar, é necessário que o movimento redefina seu projeto político uma vez que os setores indígenas perderam representatividade no organograma do mesmo. É preciso analisar os prós e contras de adquirir uma linha étnica ou que, como até o momento, o movimento siga com um planejamento mais pluralista. Esta redefinição é particularmente importante, pois implica pensar em que tipo de ações o partido busca enquanto governo, não somente a respeito dos fins, mas também dos procedimentos. Nesse sentido, o debate posterior da crise pela participação no governo de Gutiérrez não foi frutífero.

Em suma, deve ser insistido que para a superação do conflito étnico no Equador falta ainda superar uma série de traumas e complexos que tem a sociedade equatoriana imbuída de preconceitos. Enquanto estes males perdurarem, os indígenas seguirão sendo marginalizados, apesar de todas as conquistas do movimento, limitando as oportunidades de mobilidade social tão necessárias para romper com as situações de exclusão e pobreza. No plano do político, as estruturas discriminatórias servem como freio para o estabelecimento da democracia de fato e do Estado de Direito.

Siglas utilizadas:

CMS – Coordenadora de Movimentos Sociais.

COICE – Confederação de Organizações Indígenas da Costa.

CONACNIE – Conselho de Coordenação das Nações Indígenas do Equador.

CONAIE – Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador.
CONFENIAE – Confederação de Nacionalidades da Amazônia Equatoriana.
CODENPE – Conselho de Povos e Nacionalidades do Equador.
ECUARUNARI – Organização serrana Equador Richarimui.
FEI – Federação Equatoriana de Índios.
FEINE – Federação de Indígenas Evangélicos do Equador.
FENOCIN – Federação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras.
INDA – Instituto de Desenvolvimento Indígena.
MUPP-NP – Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto (2005); *Breve História Recente do Equador*, FUNAG, Brasília.
- ALMEIDA, José (1992); “El mestizaje como problema ideológico”, en José Sánchez Parga, *Identities and society*, CELA-PUCE, Quito, pp. 125-139.
- ASSIES, Willem (2007); Los pueblos indígenas, la tierra, el territorio y la autonomía en tiempos de globalización, en Salvador Martí I Puig (ed.). *Pueblos Indígenas y Política en América Latina. El reconocimiento de sus derechos a inicios del siglo XXI*, Fundació CIDOB, Barcelona.
- BECK, Marc (1999); *Una revolución comunista indígena: movimientos de protesta rurales en Cayambe*. Memoria, n.7. Ecuador: p.51-76
- BRAUDEL, Fernand (2009); *Escritos sobre a história*, Perspectiva, São Paulo.
- BREDA, Tadeu (2011); *O Equador é verde*, Elefante Editora, São Paulo.
- CONAIE (1989); *Las nacionalidades indígenas en el Ecuador: nuestro proceso organizativo*, Abya-Yala, Quito.
- DE LA TORRE, Carlos (1997); *La letra con sangre entra*, Revista Íconos, núm. 3, Ecuador, pp. 114-131.
- FOUCAULT, Michel (1988); *El sujeto y el poder*, Revista Mexicana de Sociología, núm. 3, México, pp. 3-20.
- GARGARELLA, Roberto (2004); *Towards a Typology of Latin American Constitutionalism: 1810-1860*. Latin American Research Review, Vol. 39, núm. 2, pp. 141-154.
- GUERRERO, Andrés (1997); *Se han roto las formas ventrílocuas de representación*, Íconos, n.1, FLASCO, Quito.
- ____ (1998); *Ciudadanía, frontera étnica y compulsión binaria*, Íconos, Ecuador, pp. 112-124.
- HURTADO, Osvaldo (1977); *El poder político en el Ecuador*, EDICPUCE, Quito.
- IBARRA, Hernán (1992); “El laberinto del mestizaje” en José Sánchez Parga; *Identities and society*, CELA-PUCE, Quito.
- ITURRALDE, Diego (1995); “Nacionalidades indígenas y Estado Nacional em Ecuador” en Enrique Ayala, Ed, *Nueva Historia del Ecuador*, vol. 13, Ensayos Generales II. Nación, Estado y Sistema político, Corporación Editora Nacional, Quito, pp. 9-48.
- MACAS, Luis (2004); *La tierra para los pueblos indígenas en el Ecuador*, Boletín ICCI-ARY Rimay, núm.58, Ecuador.
- OSPINA PERALTA, Pablo (2010); “Intento de golpe o motín policial?”, Revista Nueva Sociedad, núme. 231, Janeiro/fevereiro de 2010.
- QUIJANO, Aníbal (1997); *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina*, Anuario Mariateguiano, Vol IX, núm. 9, Amauta, Lima.

____; *Romper con o Eurocentrismo*, América Latina en Movimiento; disponible en: <http://alainet.org/active/12103>, acceso em: 20 de set. 2012

SÁNCHEZ, Francisco (2004); "No somos parte del gobierno, somos gobierno: un análisis del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País" in Salvador Martí y Josep Maria eds. *Etnicidad, descentralización y gobernabilidad en América Latina*. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, pp. 137-159.

____ (2007); "Ecuador: el indio como problema" en Salvador Martí I Puig (ed.). *Pueblos Indígenas y Política em América Latina. El reconocimiento de sus derechos a inicios del siglo XXI*, Fundació CIDOB, Barcelona.

ZEVALLLOS, José Vicente (1989); "Agrarian reform and structural change: Ecuador since 1964", en William Thiesenhusen, ed. *Searching for Reform Agrarian in Latin America*, Unwin Hyman, Boston, pp. 42-67.